

POLÍTICA

Alan Márquez



Lampréia disse que reformas farão com que o Brasil tenha acesso à tecnologia e a mais investimentos

POLÍTICA PINR1541

Governo é contra a autonomia indígena

O ministro das Relações Exteriores Luís Felipe Lampréia, disse ontem que o Governo brasileiro é contra a proposta de autonomia indígena, que está sendo discutida nas Nações Unidas. Em depoimento à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o chanceler explicou que o Brasil tem uma unidade territorial única, que não pode e nem deve ser quebrada com propostas desse tipo.

Segundo ele, o Itamaraty trabalha contra esse idéia na ONU, "simplesmente porque ela conduz ao separatismo. O que não quer dizer que os indígenas no Brasil não devam ser protegidos". O inaceitável, para o ministro, é que a proposta de autonomia indígena representa uma forma de secessão que não pode ser tolerada e que será combatida até o arquivamento do assunto.

Luís Felipe Lampréia foi à Câmara dos Deputados para falar sobre a política externa brasileira. Segundo ele, essa política não mudou, porque se compõe de uma série de fatores que levam em conta não apenas a realidade internacional, mas também as aspirações nacionais. O chanceler explicou que essa estratégia não pode compactuar com o protencionismo das grandes nações, devendo, também, levar em conta as opiniões das nações em desenvolvimento, "até porque o Brasil pesa no consenso internacional e, a cada dia, é mais ouvido por dirigentes de outros países". O que confere força moral e legitimidade à sua ação externa.

Para Lampréia, reforma atrairá investimentos

Em depoimento ontem na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o chanceler Luís Felipe Lampréia destacou a importância das reformas constitucionais e o impacto positivo "delas para atrair investimentos produtivos que ajudem a gerar mais empregos e desenvolvimento". Com as reformas, acrescentou, será possível ampliar o acesso do Brasil a bens e "tecnologias sensíveis, indispensáveis ao nosso progresso científico, tecnológico e industrial".

Para o chanceler "algumas das propostas de reforma constitucional que o Executivo apresentou têm precisamente esses objetivos, ou seja, de abrir a economia brasileira ao intercâmbio com seus parceiros internacionais nos campos financeiro, tecnológico e econômico.

Além das reformas constitucionais, Lampréia destaca a necessidade de novas leis ordinárias e complementares destinadas a "liberar as forças da sociedade brasileira para que o País possa competir em igualdade relativa de condições com outras economias emergentes, pondo sua inserção externa a serviço do progresso social e material de toda a população".

Mesmo otimista com relação ao processo da reforma constitucional, Lampréia fez uma advertência aos parlamentares sobre a necessidade de encarar e promover transformações internas destinadas a aperfeiçoar os instrumentos de desenvolvimento. "No imobilismo, na timidez e no sectarismo podem residir os perigos mais sérios a ameaçar nossa soberania".